do a ser tratado, em nome de Deus, foi encerrada a reunião. Em tempo: O Vereador Edson Costa da Silva disse que sua emenda devia-se ao fato de ter na Lei Federal 9424/96 aquele artigo e na L.D.O não estava daquela forma.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Lavras, da Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Ao primeiro dia do mês de junho do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Haddad" os Vereadores: Eduardo Luis Marani — Presidente, Sebastião dos Santos Vieira — Vice-Presidente, Paulo Antônio Cerqueira — 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos — 2º Secretário, Edson Costa da Silva — 1º Tesoureiro, Francisco Gonçalves Batista, João Batista de Rezende, Edson Alves de Abreu, Ennio Mendes de Si-

queira, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Leandro Castanheira Macedo, Vicente Jaime, Cassimiro da Silva, Hélio Mateus da Silva, Camilo Martins André, Nilson Teodoro de Carvalho e Sebastião Carlos Torres. Havendo número regimental, foi aberta a sessão. A ata da sessão anterior foi lida e aprovada. O Secretário fez a leitura das correspondências recebidas: ofício 031/98, da Administração do Cemitério Paroquial, enviando resposta a solicitação; ofício nº 1.445/98, do Ministério da Justiça, fazendo informação; convite do CEDET para exposição em comemoração aos 5 anos de seu funcionamento; convite da E.M. "Sebastião Vicente Ferreira" - "Núcleo Raiol", para Festa Junina; convite do 6º CRPM para as solenidades comemorativas dos 223 anos da PMMG; agradecimentos do Delegado da 5ª Cia. Serviço Militar, Sub. Ten. Clarison Costa; convite da UVEMG para o Congresso Mineiro de Vereadores; of. 044/98, da Unidade de Apoio/SENAC, solicitando cessão do Plenário da Câmara; agradecimentos do Juiz da 2ª Vara Cível e do Juiz Substituto da 3ª Vara Criminal; of. 1040, do Gerente Distrital da COPASA, fazendo informação; convite do Movimento Social de Lavras para reunião; Ofícios nºs 098, 099 e 100, do Secretário M. Agricultura e Desenvolvimento Urbano, fazendo informações; of. 025/98, da Contabilidade da Prefeitura, enviando balancetes financeiro e orçamentário com os respectivos comprovantes de receita e despesa; ofícios nºs 026/98 ao 034/98, do Secretário M. Saúde, fazendo informações; Ofícios nºs 663, 664, 666, 670 ao 681; 683 ao 698; 700, do Prefeito Municipal, fazendo informações. Deu entrada na Casa o Projeto de Lei nº 015/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a abrir crédito especial no Orçamento do Município, para acudir despesas urgentes com famílias vítimas de desmoronamento de galeria pluvial canalizada, e dá outras providências". No momento seguinte, o Presidente anunciou aos Verea-

res as presenças na casa do Sr. Paulo Benjamim Mendes, Presidente da CNEC, professores, funcionários e alunos da CNEC, representantes das imprensas escrita e falada, e do Dr. João Bosco da Silva Penha, Delegado de Polícia. Cumprimentou a todos, dizendo-lhes que as suas presenças valorizaram ainda mais os trabalhos do Legislativo. Convidou o Dr. João Bosco para fazer parte da Mesa dos Trabalhos. Pediu desculpas ao Cap. Paulo por não poder convidá-lo para que também fizesse parte da Mesa, uma vez que seria posto em discussão e votação o Projeto de Lei nº 005/98, de interesse também da CNEC. Nas comunicações da Mesa, o Vice-Presidente Sebastião dos Santos Vieira fazendo referência ao trabalho apresentado pelo Movimento Social, na semana anterior, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, sugeriu que fosse realizada uma reunião extraordinária da Câmara para que fossem ouvidas as pessoas competentes para solucionarem os problemas apresentados pelas associações de bairros. O Presidente participou a todos que às terças-feiras a tribuna da Câmara era livre para a comunidade, desde que houvesse um requerimento prévio dos interessados junto à Presidência. O Vereador Wilson Teodoro de Carvalho sugeriu ao Presidente que convocasse uma reunião extraordinária para a próxima terça-feira e convidasse o Prefeito Municipal para comparecer, quando poderiam ser discutidas aquelas questões. O Presidente aceitou a sugestão do Vereador e disse que faria o convite ao Prefeito. O Vereador Secretário Paulo Antônio Pereira, ao seu tempo, disse que novamente esteve no Bairro Jardim Floresta para verificar o problema de terrenos que estavam sendo invadidos por pessoas que diziam tê-los recebidos como doação. Deixou claro que não era contra a doação de terrenos, desde que fossem obedecidos os critérios legais. Informou que nem todas aquelas

pessoas precisavam daquele benefício, uma vez que sabia de algumas que possuíam casas ou carro e estavam sendo oportunistas. Disse que a situação estava complicada e precisava de uma providência imediata, pois, até uma rua foi interditada por uma daquelas pessoas, que resolveu cavar para si uma área de terreno. O Presidente, em sua comunicação, disse que estivera em uma reunião na APAE, a convite dos pais de alunos, para a discussão do problema da paralisação do transporte de alunos, devido à falta de abastecimento dos veículos e, por coincidência, chegou naquele momento um funcionário da Prefeitura com uma autorização para o abastecimento. Os pais solicitaram então a ele que realizasse uma reunião entre os Vereadores, o Prefeito e a APAE no sentido de buscar uma solução quanto ao repasse feito da Prefeitura para a APAE, que há mais de dois meses não vinha ocorrendo, comprometendo sobremaneira o funcionamento da escola e que, ainda, houvesse a garantia do abastecimento do veículo para o transporte dos alunos. O Vereador Edson Costa da Silva pediu a palavra e disse que a razão da dívida social do Município não estava na falta de recursos mas na priorização da utilização daqueles recursos. Disse que administração municipal arrecadava mais que a anterior, quando não existiam problemas tão graves. O Presidente disse que cabia à Câmara encaminhar as reivindicações a quem competia atendê-las e seria importante dar conhecimento àquelas pessoas que estavam à frente dos trabalhos até onde ia a responsabilidade de cada pessoa aliciada. Já no próximo momento, na Ordem do Dia, foram postos pelo Presidente os Projetos para discussão e votação: (1) Projetos em primeira discussão e votação: (A) Projeto de Lei nº 009/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Autoriza o Prefeito Municipal a darem pagamento

à CNEC, por débitos municipais, imóvel pertencente à Municipalidade". O Presidente disse aos Vereadores que o Projeto estava em discussão e pediu-lhes que não manifestassem suas intenções de voto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira, com a palavra, disse que era terminantemente contra o Projeto quando deu entrada na Casa, mas depois que viu que a Prefeitura não tinha condições de manter nem as escolas, onde faltavam móveis, lâmpadas ou tudo, mudou sua opinião. Disse que era contra no início porque achava que se a Prefeitura fosse pagar suas dívidas doando seus imóveis, acabaria doando a cidade inteira. Esperava que o Dep. Paulo não se opusesse de emprestar o ginásio à municipalidade quando ela solicitasse, de vez em quando, desde que ela pagasse pela iluminação. O Vereador Evandro Cortamheira Macerda cumprimentou a todos e disse que diante da situação precária em que se encontrava a cidade da falta de condições da Prefeitura de manter conservado o ginásio ou de atender outras prioridades, contava com o apoio de todos os Vereadores. Sabia que o ginásio estaria em boas mãos, com a CNEC, e a comunidade poderia também usá-lo. Lembrou que a CNEC era uma escola da comunidade e no caso de sua extinção, o que ninguém esperava, todo o seu patrimônio reverteria ao Município, inclusive o ginásio. O Vereador Edson Alves de Abreu cumprimentou a todos e disse que se aquela medida foi aceita por ambas as partes e resolveria tanto o problema da Prefeitura quanto o da CNEC, seria uma questão a menos para ser solucionada. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que no princípio da apresentação do projeto soube que algumas pessoas talvez também estivessem interessadas no imóvel, procurou averiguar mas não teve nenhuma manifestação de interesse por parte daquelas pessoas. Deixou claro que não tinha nada contra o

Projeto e achava que o Cap. Paulo fazia excelentes trabalhos na cidade, era uma pessoa honesta e sabia fazer muito com pouco e o ginásio estaria bem em suas mãos. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que no início ele, como integrante da Comissão de Legislação e Justiça, teve dúvida quanto à legalidade do projeto, não quanto ao mérito, e depois de consulta feita à Lei Orgânica Municipal houve a certeza sobre a legalidade da matéria. E, diante disso, a Comissão deu seu parecer pela competência. Disse que tinha certeza que aquela seria a melhor solução para Lavras e para o ginásio, que estava abandonado. O Vereador João Batista de Rezende disse que se em Lavras existissem pelo menos mais duas pessoas iguais ao Cap. Paulo a cidade não estaria naquela situação, porque ele tinha uma capacidade exemplar de administrar, de gerenciar, e era o que precisava a cidade. Disse que teve a oportunidade de passar pelo ginásio e viu sua situação precária, como foi relatado pela Comissão Especial que também lá esteve. Achava vantajosa a troca que seria feita, porque conforme a avaliação feita do imóvel o Município estaria trocando uma dívida maior por um patrimônio que valia bem menos. Voltou a dizer que a obrigação de quem devia era a de pagar. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que tinha dúvidas quanto à constitucionalidade daquele ato, mas foram para ele esclarecidas. Disse que também achava, assim como foi dito pelo Vereador João Batista Rezende, que deveriam somar com líderes daquela natureza e o Cap. Paulo era um exemplo de bom administrador, que deixava de lado as demagogias, era direto nas suas ações e palavras e não deixava nada só no papel, mas executava tudo. O Vereador Paulo Antônio Pereira retorceu o que disse antes, que aquela barganha não

seria benéfica só para a CNEC, mas para o Município também, que seria o maior beneficiado, uma vez que não tinha recursos nem para fazer obras essenciais à população como, por exemplo, o Mercado Municipal, e a dívida foi feita em interesse do povo. Ressaltou ainda sobre a possibilidade da reversão do bem ao Município. O Vereador Carsimiro da Silva disse que ao longo dos anos vinham jogando toda responsabilidade para a administração pública até que se chegava a um ponto que ficava insustentável a administração pública no País, no Estado e no Município. E hoje, o grande caminho que a União, o Estado e o Município têm encontrado é fazer o caminho inverso daquele traçado ao longo do tempo e aquela inversão era justamente tirar da administração pública o que ela não tinha capacidade de gerenciar, o que ela não tinha capacidade e competência financeira para administrar. Disse que achava que o que pudessem resgatar para a comunidade, resolvendo os problemas, chegariam a grandes soluções. O Vereador Luis Carlos dos Santos parabenizou o Cap. Paulo e os professores e funcionários da CNEC e disse que para ele era um orgulho poder participar da apreciação de um projeto tão importante como aquele, que contribuiria para que a CNEC crescesse ainda mais. O Vereador Edson Costa da Silva disse que era notória sua posição na defesa do interesse coletivo e achava que administrar era atentar para os interesses da coletividade. Achava justo e coletivo a doação daquele ginásio à CNEC, que era uma instituição comunitária que prestava um serviço relevante à sociedade e com aquele ginásio daria um atendimento mais efetivo aos seus alunos. Achava fundamental que ações como aquela, digo, situações como aquela fossem repetidas no futuro e que alguém quisesse fazer

alguma troca pelo mercado municipal, para que ele fosse finalmente terminado e o interesse da edetividade contemplado no nosso Município. O Vereador Emílio Mendes de Siqueira quis saber se com aquela troca o Município não deveria mais nada para a ENEC. O Presidente pediu ao Cap. Paulo que respondesse à pergunta do Vereador. O Cap. Paulo respondeu que a dívida estava sendo trocada no todo pelo ginásio. O Presidente cumprimentou a Comissão Especial, formada pelos Vereadores Evandro Castanheira e Cassimiro da Silva, e a Comissão de Legislação e Justiça, formada pelos Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa, Sebastião Carlos Tores e Cassimiro da Silva, sendo que a primeira esteve no ginásio analisando o seu estado, trazendo o relatório para o conhecimento do Plenário, e a segunda analisou a matéria quanto à sua legalidade. Cumprimentou também os demais Vereadores que participaram das outras comissões e disse que se realmente o Prefeito encaminhou à Casa um projeto daquela natureza era porque o Município estaria bem melhor da forma que estava sendo proposta e tinha certeza que cada Vereador depositaria a confiança que aquele projeto merecia. Em seguida, solicitou ao Vereador Secretário que procedesse à chamada dos Vereadores para a votação secreta. O Presidente convidou os Vereadores João Batista de Rezende e Camilo Martins André para fazerem a apuração dos votos e o Vereador Evandro Castanheira Loureiro e o Dr. João Bosco para acompanharem a apuração dos votos. Dezessete (17) Vereadores votaram: dezesseis (16) sim e um (01) em branco. O projeto foi aprovado e determinado para a Ordem do Dia da próxima reunião, para segunda discussão e votação. (B) Projeto de Lei nº 198/04 "Dá denominação de rua Geraldo Pereira da Silva" autoria do Vereador Sebastião dos Santos Vieira. Na

discussão do projeto, o Vereador autor do projeto solicitou ao Presidente que o Secretário fizesse a leitura do currículo do homenageado. Após a leitura, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira teceu mais alguns comentários sobre quem foi o Sr. Geraldo Pereira da Silva e sobre a sua família. Pediu o apoio dos Vereadores para o seu projeto. O Vereador Emmio Mendes de Siqueira disse que votaria conscientemente naquele Projeto, uma vez que conheceu o Sr. Geraldo que foi um homem honesto, trabalhador, que criou sua família com dificuldades, mas sempre com dignidade. O Vereador Camilo Martins André disse que tinha o prazer de trabalhar com o filho do Sr. Geraldo, o Deramir, que estava também assistindo a reunião, e podia ver na pessoa dele o próprio pai, uma pessoa dedicada, leal ao trabalho e à sua família. Depois, requereu regime de urgência para a matéria, uma votação valendo pelas três. O requerimento foi aprovado. Os Vereadores Leandro Costa Monteiro Lacerda, Hélio Mateus da Silva, Francisco Gonçalves da Silva, João Batista de Rezende e Edson Alves de Abreu se pronunciaram cumprimentando o Vereador Sebastião dos Santos Vieira pela sua propositura e manifestaram a ele apoio ao seu projeto. Em seguida, o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse à chamada dos Vereadores para a votação secreta do projeto. Foram convidados os Vereadores Edson Alves de Abreu e Sebastião Carlos Torres para a apuração dos votos. Dezessete (17) Vereadores votaram: dezesseis (16) a favor e um (01) em branco. O Projeto foi aprovado. (c) Projeto de Lei nº __/98 (Autoria do Vereador Sebastião dos Santos Vieira) "Dá denominação de rua José Azarias da Silva". O Vereador Paulo Antônio Pereira requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira solicitou ao Presidente que o Secretário

fizesse a leitura do currículo do homenageado. Após a leitura, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que o Sr. José Azarias era o pai do Sr. René Viana, funcionário da Rádio Cultura, que era conhecido por todos e era uma pessoa séria, honesta e sua família era um exemplo para o local onde moravam, na rua Delfino de Souza. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho falou aos familiares dos homenageados que também ficariam para a história de louvar os seus currículos e não apenas como nome de rua. Reiterou seu pedido para que o Executivo agilizasse os trabalhos de colocação das placas com as denominações das ruas nos diversos bairros da cidade. O Vereador Paulo Antônio Nogueira disse que conheceu o Sr. José Azarias e ratificou o que foi dito sobre o homenageado pelo Vereador Sebastião dos Santos Vieira. Achava justa aquela homenagem e cumprimentou o Vereador pelo seu projeto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que também conheceu o homenageado e notaria em consideração à sua pessoa e não pela religião a que pertenceu. O Vereador Evandro Castanheira Macedo concordou com o que foi dito pelo Vereador Sebastião dos Santos Vieira e disse que deviam mesmo homenagear pessoas simples, que fazem o dia a dia da cidade, da comunidade. O Vereador Álvaro Eustáquio Pedrosa disse que talvez fosse o Vereador que conhecia a família do Sr. José Azarias há mais tempo e achava que o Vereador Sebastião dos Santos Vieira foi feliz na apresentação daquele projeto. O Vereador João Batista de Rezende disse também conhecia toda aquela família e parabenizou o Vereador Sebastião dos Santos Vieira pela sua iniciativa, que seria uma justa homenagem. O Vereador Francisco Gonçalves Batista disse que se sentia honrado de poder

participar da apreciação daquele projeto, uma vez que conhecia bem aquela família. O Vereador Edson Alves de Abreu disse que sempre foi favorável a projetos daquela natureza e fazia suas as palavras dos Vereadores que o antecederam. O Presidente disse que conhecia a família do Sr. José Azarias, por quem tinha grande consideração e estava emocionado e satisfeito de estar votando aquele projeto e deixando o nome do Sr. José Azarias registrado na história de Lavras. Em seguida, o Secretário fez a chamada dos Vereadores para a votação secreta. Terminada a votação, os Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho e Edson Costa da Silva fizeram a apuração dos votos. Dezesete (17) Vereadores votaram e todos a favor do projeto. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira agradeceu aos Vereadores pelo apoio que deram para a aprovação dos seus dois projetos e disse aos familiares do Sr. José Azarias que aquela era a maneira que tiveram de marcar a passagem dele por Lavras. Pediu desculpas ao Vereador Ennio Mendes de Siqueira dizendo que se expressou mal quando falou da religião do Sr. José Azarias e sabia que em todas as religiões poderiam encontrar pessoas de bem. (D) Projeto de Lei nº 198 (Autoria do Vereador Eduardo Louis Marani) "Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município e dá outras providências". O Vereador Vice-Presidente Sebastião dos Santos Vieira informou ao público que aqueles projetos passaram por um tipo de votação que valia pelas três votações pelas quais passava a maioria dos projetos e que as redações finais dos dois seriam enviadas ao Prefeito para promulgação e sanção. Voltando à discussão do Projeto, o Vereador Eduardo Louis Marani disse que a sua intenção ao apresentar aquele projeto era proporcionar à cultura de Lavras mais um incentivo, independente do valor ar

recadado do ISS e que aquela matéria já era prevista pela Lei Orgânica Municipal. Pediu o apoio dos Vereadores para o seu projeto, ressaltando que aquela contribuição não seria obrigatória. O Vereador Evandro Castanheira Lacerda disse que o Projeto foi exaustivamente discutido na reunião anterior, era uma matéria de suma importância para o enriquecimento da cultura larense, que carecia de ajuda, e também pediu o apoio dos Vereadores para o Projeto. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira reclamou do número de impostos já pagos pelo comércio. O Vereador Cassimiro da Silva esclareceu que não estava sendo cobrado ou criado nenhum imposto pelo projeto, mas uma forma de contribuição espontânea e aquele projeto estava inserido na Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 190, parágrafo único. Disse que estaria contra a Lei Orgânica quem votasse contra aquele projeto. O Vereador Eduardo Louis Nazani agradeceu aos Vereadores Cassimiro da Silva e Evandro Castanheira Lacerda pelas suas manifestações e disse ao Vereador Ennio Mendes de Siqueira que respeitava sua posição mas achava que num curto espaço de tempo ele estaria certo que aquele projeto apreciado pela Câmara iria contribuir sobremaneira para a cultura, haja visto que na Faculdade de Odontologia estava sendo construído um teatro. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira disse que achou aquele projeto interessante e democrático e pediu a atenção dos Vereadores para aquela matéria. O Vereador Edson Costa da Silva disse que apoiaria qualquer tipo de incentivo a cultura e que pelo projeto não estava sendo instituído ou criado um novo imposto, apenas facultava a quem pagava o imposto destinar parte dele ao incentivo à cultura. Achava justo que em Lauras, que era uma cidade cultural, existisse uma lei normatizando aquele incentivo. Em seguida, o Secretário fez a chamada dos Vereadores para a votação

secreta. Os votos foram apurados pelos Vereadores Vicente Naime e Hélio Mateus da Silva. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira se absteve de votar. Dezesseis (16) Vereadores votaram: quatorze (14) a favor; um (01) contra e um (01) em branco. O projeto foi aprovado e determinado para a Ordem do Dia da próxima reunião, para segunda discussão e votação. (E) Projeto de Lei nº /98 (Autoria da Mesa Diretora) "Institui a Feira do Livro Espírita em Lavras". Em sua discussão, o Vereador Sebastião dos Santos Vieira esclareceu que aquele projeto foi apresentado em atendimento à solicitação da Aliança Municipal Espírita de Lavras - AME, Presidida pelo Sr. Othamel de Moura Maia, uma vez que há 14 anos realizavam em praça pública a Feira do Livro Espírita e sempre que preparavam aquela feira tinham de se preocupar com o local, a data e o alvará concedido pela Prefeitura. Já com aquele projeto o evento ficaria instituído no Município e amenizaria as preocupações de seus realizadores. Ressaltou que a feira não visava qualquer lucro, mas a divulgação da doutrina espírita. O Vereador Evandro Castanheira Macerda disse que o projeto era justo e importante e que a Aliança fazia um serviço social muito relevante em Lavras. Sugeriu que na realização da Feira voltasse a ser utilizado um estande de madeira em vez da barraca de lona, que não apresentava um aspecto bom ao local, que era na praça central de Lavras. O Vereador Wilson Teodoro de Carvalho quis saber se o mesmo espaço seria aberto a outras entidades religiosas. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse-lhe que não via qualquer problema e que o espaço poderia ser cedido a quem se interessasse. O Vereador Evandro Castanheira Macerda completou o que foi dito pelo Vereador dizendo que o espaço seria aberto desde que em data distintas.

O Presidente esclareceu ao Vereador que o Governador do Estado Eduardo Azeredo sancionou no dia 24 de abril de 1998 uma lei igual à que estava tramitando pela Câmara e a semana para a realização da feira já constava no projeto e caso outras pessoas solicitassem aquele espaço deveriam fazer pedido para outra data diferente daquela. O Vereador Ennio Mendes de Siqueira disse que conhecia o trabalho da Aliança Espírita em Lavras e que a Prefeitura não tinha condições morais para proibir nenhuma construção em praça alguma da cidade depois que autorizou a construção daquela carinhola na Praça Dr. Jorge. O Vereador Edson Costa da Silva requereu regime de urgência para a matéria, o que foi aprovado. Em votação, o projeto foi aprovado à unanimidade. (2) Projeto em 2ª discussão e votação: Projeto de Lei nº 014/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera o número de vagas do cargo de Diretor de Escola, no Quadro Comissionado, Anexo IX da Lei nº 2.312, de 03 de março de 1997 (Plano de Cargos e Vencimentos da Administração Pública Municipal de Lavras) e dá outras providências". Como nenhum Vereador quis fazer o uso da palavra, o Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a chamada dos Vereadores para a votação secreta do projeto. Os Vereadores Álvaro Eustáquio Pedrosa e Francisco Gonçalves Batista apuraram os votos. Dezessete (17) Vereadores votaram: quatorze (14) a favor; dois (02) em branco; e um (01) contra. O projeto foi aprovado e determinado para a ordem do dia da próxima reunião, para terceira votação e redação final. (3) Projetos em terceira votação e redação final: (A) Projeto de Lei nº 012/98 (Autoria do Chefe do Executivo) "Altera a redação do art. 2º e revoga os artigos 4º (quarto) e 5º (quinto) da Lei nº 2.326, de 13 de junho de 1997, e dá-

outras providências". O Presidente, com a aquiescência dos Vereadores, concedeu a palavra ao Dr. João Bosco da Silva Penha, Delegado de Polícia, que em seu pronunciamento agradeceu a todos pela maneira carinhosa com que foi recebido naquele Plenário e disse que tendo em vista que o projeto que seria discutido era de interesse da Polícia Civil ele, como delegado daquela instituição que ia pedir permissão a todos para que ele aguardasse e apreciasse do Plenário, evitando assim constrangimento aos Vereadores. O Presidente solicitou ao Vice-Presidente que assumisse a direção dos trabalhos porque ele gostaria de fazer um pronunciamento sobre aquele projeto. Assim, o Vereador Eduardo Luis Marani, com a palavra, cumprimentou a todos, ao Delegado João Bosco, enaltecendo os seus trabalhos na Delegacia de Polícia Civil de Barras. Disse que ultimamente o Estado vinha sendo mada generoso com o Município de Barras, haja vista que o aeroporto, tão desejado pelos barrenses e tão solicitado por eles Vereadores de nada adiantou; que há pouco tempo o Estado impôs a nucleação do ensino no Município de Barras, onde crianças de 10 ou 11 anos foram transferidas para escolas distantes de suas casas, o que foi muito questionado pela Câmara, quando os Vereadores participaram de uma caminhada junto com os pais e professores, que buscaram uma solução para o problema. Naquela oportunidade ele estava representando a Câmara para as reivindicações junto à 4ª Superintendência Regional de Ensino, em Campo Belo. Disse que naquela reunião votariam um projeto que alteraria uma lei que doava imóvel ao Estado, área de terreno, onde seria construída a cadeia pública e que foi aprovada pela Câmara. Explicou que pela alteração da lei já não haveria tempo determinado para que o Estado construísse a cadeia pública no Município. Disse que atuava na zona Sul da ci

dade, onde estava a atual cadeia pública, e via que deveria ser transferida para outro local porque o seu prédio já não tinha condições para comportar os encarcerados e o Estado não vinha agindo com a sua maneira. Perguntou então o que o Estado faria com uma cadeia muito maior, com capacidade para abrigar 120 presos. Disse que há muito tempo a Câmara reivindicava tanto ao Município como ao Estado a reforma da cadeia pública e a cadeia proposta pelo Estado lhe trazia muita preocupação porque o Estado vinha sendo injusto para Laureas, não construindo o seu aeroporto, não construindo a ponte ligando Laureas a Macaia e não construindo a estrada de Laureminárias e qual seria o seu interesse de trazer para a cidade uma cadeia pública. Achava que o Estado deveria realizar um reforma do prédio da atual cadeia, garantindo a segurança dos moradores próximos dali e oferecendo condições dignas aos presos e, depois, num futuro mais próximo poderiam negociar com o Estado a transferência da cadeia para um outro local, mas na proporção que estava sendo oferecida pelo Estado. Pediu a atenção dos Vereadores para aquela matéria, porque um "barril de pólvora" poderia ser construído no Município de Laureas. Deixou claro que não estava fazendo qualquer comentário se referindo aos trabalhos realizados pela Polícia Civil de Laureas, a qual lutava sempre para garantir e manter a segurança pública no Município e estava constantemente sendo cobrada para a melhoria das condições da cadeia. Achava que a Delegacia não tinha aquela responsabilidade, mas cabia ao Estado, à Secretaria de Estado de Segurança Pública resolver aqueles problemas. O Vereador Paulo Antônio Cerqueira pediu aparte e disse que também era preocupação sua o fato de ser construída uma cadeia para 120 presos e que certamente iria abrigar um número bem maior de de

detentos. O Vereador Eduardo Marani disse ao Vereador que podia ainda se dizer que o Estado não manteria uma cadeia daquele porte, uma vez que não o fazia nem mesmo com a atual cadeia de Lauras, que era bem menor que aquela pretendida. O Vereador Emmie Mendes de Siqueira pediu a palavra e lembrou que havia mais de 300 mandado de prisão expedidos e só não podiam ser cumpridos por falta de cadeia. O Vereador Eduardo Louis Marani ressaltou que a prisão não corrigia nenhuma pessoa para que ela pudesse viver novamente em sociedade e o Dr. João Bosco vinha se empenhando, em parceria com o Executivo, no sentido de dar aos presos uma oportunidade de trabalho, de profissionalização, reintegrando-os à sociedade. Falhara que o Secretário de Segurança Pública deria ouvir mais o delegado que realizava um serviço exemplar em Lauras. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que decidiriam nesta reunião sobre a doação do terreno para a construção da cadeia pública, uma vez que seria a terceira votação do projeto, que foi apresentado à Câmara porque o Estado não aceitou que constasse na lei de doação as cláusulas de inalienabilidade e do prazo para a execução da obra. Disse que via coisa mais interessante que isso como, por exemplo, um problema social gravíssimo que deria ser corrigido e em Lauras a situação não era menos grave, uma vez que naquele último fim de semana houve uma rebelião na cadeia pública justamente por causa da falta de espaço, de acomodações adequadas e pela situação precária em que estavam vivendo os detentos. Disse que era um problema social agravado e eles tinham por obrigação, digo, eles tinham condição e tinham por objetivo dar uma alimentação ao trâmite daquele projeto, que estava causando uma enorme angústia aos laurenses, principalmente às famílias dos detentos. O Vereador Eduardo

Louis Narani pediu aparte e disse que se atualmente a cadeia pública contava com 36 detentos e houve aquela rebelião por melhores atendimentos na área da saúde, poderiam imaginar o que aconteceria numa cadeia com 120 presos. O Vereador Sebastião Carlos Torres disse que concordava com o Vereador na questão de ter o preso uma condição digna no cárcere, mas era a favor da doação do terreno, da liberação para a construção da cadeia, uma vez que o Município progredia e precisava de uma cadeia maior. Disse que existia já na cidade um pequeno "barril de pólvora", embora de menor proporção, mas estava dentro da cidade, o que era a preocupação maior. Disse que alguns proprietários de terrenos nas divisas do terreno doado haviam pedido a alguns Vereadores para não votarem naquele projeto porque seria para eles uma preocupação, mas a cadeia dentro da cidade preocuparia muito mais. O Vereador Luis Carlos Caçapa pediu aparte e disse que era morador do Bairro Santa Efigênia, onde estava a cadeia, desde criança e naquele fim de semana o Bairro acordou em pânico devido à rebelião ocorrida, mais uma vez. Diante disso, pedia em nome dos moradores dos bairros ali vizinhos, que os Vereadores pensassem bem na hora da votação do projeto. O Vereador Eduardo Luis Narani deixou claro que também não concordava com a cadeia naquele local, mas sugeria que fosse feita uma reforma no seu prédio e fosse construída uma cadeia menor em um outro local. O Vereador Sebastião Carlos Torres, voltando ao seu pronunciamento, disse que o segundo ponto que gostaria de salientar era a oportunidade que Lavras estaria tendo de possuir um presídio em maior proporção, não maior proporção para abrigar um número maior de detentos mas para dar condições de reeducar os presos para que eles voltassem ao convívio da sociedade. Quanto à falta de atenção do Governo do Estado com o desenvolvimento de

Lauras, concordava com o Vereador Eduardo Luis Marani. Disse a construção da cadeia seria um grande passo para Lauras porque evitariam novas rebeliões; trariam detentos de Lauras que estavam em cadeias de outras cidades devido à falta de vagas aqui e tranquilizando os seus familiares; poderiam de maneira significativa cobrar atenção tanto do Executivo Municipal como do Estadual. Disse que não poderiam faltar com aquela responsabilidade e pediu a atenção dos Vereadores para aquele projeto, sendo uma matéria de suma importância e estava em sua última votação. Voltou a frisar que seria terminantemente contra se a construção fosse de uma penitênciária. O Vereador Cassimiro da Silva disse que estavam discutindo sobre um projeto que havia já tramitado e aprovado pela Casa, quando houve uma discussão generalizada sobre a matéria e, na sua opinião, não poderia haver mais dúvida alguma àquele respeito. Sabia também que a União vinha faltando com os Estados e os Estados com os Municípios, mas não podiam faltar com suas responsabilidade, não devendo questionarem naquele momento de votar aquele projeto a União, o Estado ou o Judiciário, mas o trabalho deles como Vereadores. Lembrou que antes a cadeia era onde funcionava atualmente o Fórum, e foi para as margens do Município e todos acharam que o problema estava resolvido e hoje o problema estava novamente dentro do Município. Disse que se continuassem adiando aquela questão daqui um tempo estariam com um problema na Casa, mesmo que fosse doado um terreno fora do Município. Pediu que todos se conscientizassem sobre o projeto, que havia sido já aprovado pela Câmara e o que estavam apreciando era uma alteração da lei de doação porque o Estado estava pedindo que não constassem as cláusulas de reversão e de

inalienabilidade, porque talvez ele não pudesse cumprir dentro daquele prazo estipulado para a execução de obra. Achava que o Estado não estava pedindo nada demais e eles tinham a obrigação de resolver aquele problema para o bem do Município. O Vereador Ennio Nendes de Siqueira disse que era a favor da construção da cadeia para presos condenados em Caxias, conforme o que foi dito pelo Dr. João Bosco, em quem confiava exatamente. Concordou que a cadeia não podia mais continuar onde estava. O Vereador Nilson Teodoro de Carvalho disse que foi contra o projeto de doação da área de terreno para a construção da cadeia, quando tramitou pela Câmara em 1997. Achava que deveriam o interesse público geral e não o de uma minoria, porque se a cadeia podia prejudicar um ou outro bairro, da mesma forma poderia prejudicar a zona rural porque a área doada era na zona rural. Disse que em vez de Caxias ter uma imagem com muitas indústrias, teria a de uma grande cadeia. Parabenizou, de antemão, os Vereadores que também votassem daquela maneira, porque achava que a cadeia não precisava crescer na mesma proporção que a cidade. Disse que era a favor que reformassem a cadeia, como citou em sua matéria que publicou no jornal Tribuna de Caxias, propiciando mais segurança à comunidade. Achava que seria muito pior se transferissem o problema e seria mais louvável que aprovassem doações de terrenos para instalação de novas indústrias no Município. Concordou que fatalmente haveria superlotação numa cadeia de maior porte e não teriam como fiscalizar o problema. Disse que não estava trabalhando na Câmara em favor apenas do seu eleitorado, mas do povo em geral, sem distinção de bairro. Defendia a construção de uma cadeia bem estruturada, sem possibilidade de haver superlotação. Pe

disse que os Vereadores pensassem muito sobre o assunto, achando que precisavam dar incentivos a indústria, ao comércio e uma cadeia precisava ter condições adequadas para abrigar os seus presos. O Vereador João Batista de Rezende concordou que era insustentável a permanência da cadeia no Bairro Santa Efigênia. Explicou que o terreno já havia sido doado e apenas estava sendo revista a cláusula sobre o prazo para a execução da obra, que passaria a ser indeterminado. Disse que não via nada demais naquela alteração, uma vez que a cadeia construída há vinte anos não comportava mais o número de detentos porque Ouvras era uma cidade pólo da região e tinham condições sim de aprovar aquele Projeto e deixarem que o Estado cumprisse a sua parte. O Vereador Evandro Cantanheira Macerda disse que, com todo respeito, discordava totalmente do posicionamento dos Vereadores Eduardo Luis Marani e Nilson Teodoro de Carvalho, e defendeu a construção da cadeia pública. Disse que não cabia mais discutirem sobre o local onde seria construída a nova cadeia, porque já era questão discutida, votada e aprovada anteriormente pela Câmara. O Vereador Eduardo Luis Marani disse que o Estado não tinha competência para administrar nada e concordava que não era ideal o lugar onde estava instalada a cadeia pública, mas de nada adiantaria construir uma nova cadeia, com 120 celas, se ali não houvesse condições dignas para os seus detentos. O Vereador Evandro Cantanheira Macerda disse que já estava criada aquela verba para a construção. Disse que o progresso trazia coisas boas e ruins, embora não quisessem coisas ruins, que não podiam ser evitados. Disse que tudo deveria ser levado em consideração e estariam votando apenas uma alteração da lei. Falou que a Casa tinha o dever de votar a favor do

projeto e que fosse esclarecido à população que quem votou a favor foi para a construção não de um presídio mas de uma cadeia que acompanhasse o crescimento do Município. O Vereador Álvaro Anastácio Pedrosa disse que nada mais tinha a dizer depois do que foi dito pelo Vereador Evandro Costa Moreira Macedo. Disse que o próprio Dr. João Bosco, que merecia toda confiança e estima da Câmara, afirmou que seria construída uma cadeia. Ressaltou que a cadeia atual não tinha condições adequadas para receber os menores infratores e mulheres condenadas. Disse que em qualquer lugar que fosse construída a cadeia acabaria prejudicando alguém e achava que deveriam aprovar aquele projeto para que depois não fossem culpados por alguma coisa. O Vereador Edson Costa da Silva citou que Juscelino Kubstcheck dizia que não tinha nenhum medo de voltar atrás porque ele não tinha nenhuma relação de compromisso com o erro. Disse que cadeia era o local que abrigava aqueles ainda não condenados pela Justiça; penitenciária era onde deveriam estar aqueles já condenados, e a cadeia de Barreiras estava com o problema de superlotação porque lá havia a grande maioria de presos já condenados, sem penitenciárias para serem educados. Disse que isso acontecia por todo o País e o que faltava era que o Estado não tinha competência e não estava solucionando construções só de penitenciárias, porque se houvesse número suficiente de penitenciárias não haveriam rebeliões, não haveria falta de lugar para o preso aguardar pelo seu julgamento. Disse que se aumentassem o número da população carcerária aumentariam o número de presos condenados em Barreiras, ou seja, se construíssem uma cadeia para 120 presos teriam muito mais do que

isso porque não havia lugar para se colocar o preso já condenado. Disse que estariam criando uma grande penitenciária, com certeza com superlotação. Disse que o Estado estava impondo a eles mais uma responsabilidade que era dele, assim como fez com a educação. Disse que a solução era obrigarem o Estado a cumprir com a sua parte porque com certeza se isso estivesse acontecendo a cadeia pública de Lavras estaria em ótimas condições. O Vereador Eduardo Luis Marani disse que a nova cadeia seria construída aproximadamente há uns 800m da atual, continuando próxima à zona Sul. O Vereador Sebastião dos Santos Vieira disse que continuava achando o projeto bastante polêmico, com pontos positivos e negativos e gostaria que o Dr. João Bosco fizesse um pronunciamento sobre o projeto. O Presidente esclareceu que se o Dr. João Bosco usasse a palavra o projeto teria de ser sustado até a próxima reunião, quando seria finalmente votado. Antes que o delegado fizesse o uso da palavra, o Presidente decidiu submeter os outros dois projetos, também em 3ª votação e redação final, à apreciação dos Vereadores: (B) Projeto de Resolução nº _/98 (Autoria da Mesa Diretora) "Aprova a Prestação de Contas do Chefe do Executivo, referente ao exercício de 1995". O Secretário fez a chamada dos Vereadores para a votação secreta. Terminada a votação, o Presidente convidou os Vereadores Luis Carlos dos Santos e Edson Costa da Silva para fazerem a apuração dos votos. Dezessete (17) Vereadores votaram: quatorze (14) a favor e três (03) em branco. O projeto foi aprovado. (C) Projeto de Resolução nº _/98 (Autoria do Vereador Vicente Naime) "Concede Diploma de Honra ao Mérito ao Sr. Paulo Vitor Neves". Em votação, o projeto foi aprovado, não contando com o voto do Vereador Edson Costa da Silva. O Ve

vereador Vicente Naime pediu a palavra e agradeceu aos Vereadores pela aprovação do seu projeto. No momento seguinte, tanto o Vereador Sebastião dos Santos Vieira como o Vereador Corsinino da Silva, que também havia feito o pedido retiraram o requerimento feito à Mesa para que o Dr. João Bosco fizesse um pronunciamento sobre o Projeto de Lei nº 012/98. Diante disso, o Presidente decidiu submetê-lo à votação do Plenário. O Secretário fez a chamada dos Vereadores para a votação secreta. Terminada a votação, o Presidente convidou os Vereadores Nilson Teodoro de Carvalho e Camilo Martins André para fazerem a apuração dos votos e os Vereadores Paulo Antônio Cerqueira e Edson Costa da Silva para acompanharem aquela apuração. Dezesseis (16) Vereadores votaram e o Vereador Nilson Teodoro de Carvalho se absteve de votar: treze (13) votaram a favor e três (03) contra. O Projeto foi aprovado. Devido ao requerimento feito pelo Vereador Edson Alves de Abreu a reunião havia sido prorrogada até aquele horário, meia-noite, para que pudessem ser apreciados os projetos em pauta e, portanto, não pôde haver a parte dos pronunciamentos dos Vereadores inscritos antecipadamente. O Projeto de Lei nº 015/98, autorizando a abertura de crédito especial, que havia dado entrada na Casa, não passou pelas Comissões Permanentes, ficando para a próxima reunião. Continuou sustado pela Mesa o Projeto de Lei nº 010/98 (Mensagem do Chefe do Executivo) "Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1999 e dá outras providências". (a pedido do Vereador Sebastião Carlos Torres, pela Comissão de Legislação e Justiça). A Mesa deferiu os seguintes requerimentos para que fossem oficiadas as autoridades competentes: (A) do Vereador Hélio Mateus da Silva (Fagó): enviando cumprimentos ao Técnico do Sete de Setembro Futebol Clube; enviando cumprimentos ao Gerente e aos funcionários da BRASIMAC; pedindo pintura de faixas no quebra-molas da rua Etel

rino, diga, José Estelvino, no Bairro São Vicente; pedindo a passagem do caminhão de coleta de lixo pela rua Azarias Ribeiro; reiterando pedido de serviço de tapa-buraco na Av. Álvaro Augusto Vieira; pedindo serviços de tapa-buraco e capina na rua Fernando Costa, no Bairro Aeroporto; pedindo a retirada de um bueiro na rua Hermógenes Fonseca, próximo ao nº 48; (B) do Vereador Evandro Castanheira Lacerda: pedindo capina na rua Milton Campos, próximo ao nº 13; pedindo patrolamento e encascalhamento da rua Cosme Miliorelli, próximo ao nº 281, no B. Cruzeiro do Sul; pedindo execução do serviço de tapa-buraco em todas as ruas da cidade; pedindo o aumento do número dos funcionários da firma responsável pela limpeza urbana; pedindo recapeamento asfáltico da rua 14 de Agosto, próximo ao nº 588; pedindo a colocação de um poste de iluminação pública na rua Calice Cali, próximo ao nº 145; (C) dos Vereadores Evandro Castanheira Lacerda e Hélio Mateus da Silva (Fogo): pedindo informações da atual dívida da Prefeitura, com a discriminação dos seus credores e respectivos valores a eles devidos; (D) do Vereador Sebastião dos Santos Vieira: pedindo a colocação das placas de denominação das ruas do Bairro Vila Rica; pedindo a passagem do caminhão de coleta de lixo pela rua Procópio Alvarenga, próximo ao nº 124; pedindo o patrolamento e o encascalhamento da estrada que dá acesso ao Sítio Porteira de Chaves, do Sr. Isaac Ribeiro; pedindo o patrolamento e o encascalhamento da estrada dos Tabuões, até as proximidades da Fazenda do Pimenta; pedindo a troca de lâmpadas de iluminação pública na rua Custódio Moreira, principalmente próximo ao nº 204; pedindo o patrolamento e o encascalhamento da rua Júlia de Oliveira Fraguas, no Bairro Jardim Alterosa; (E) do Vereador Nilson Teodoro de Carvalho: pedindo o patrolamento em todas as estradas do Município; pedindo o plano de trabalhos do Executivo para 1998; pedindo prioridade para a rua Cel. Al-

rim de Menezes, no B. Jardim Floresta, na execução do serviço de recuperação asfáltica (subscrito pelo Vereador Francisco Gonçalves Batista); (F) do Vereador Paulo Antônio Cerqueira; pedindo a pavimentação asfáltica das ruas dos Bairros Bandeirantes, Jardim América, Pitangui e Alterosa (subscrito pelo Vereador Vicente Naime); pedindo a pavimentação asfáltica da rua Paulo Costa Pereira (subscrito pelo Vereador Vicente Naime); (G) do Vereador Luis Carlos dos Santos (Caçapa); pedindo a construção de uma creche-escola no Bairro Vista Alegre; pedindo informação sobre o motivo da paralisação das obras de construção, digo, das obras no Bairro Vista Alegre e quais as providências tomadas para o reinício das mesmas; enviando cumprimentos ao novo Secretário M. Finanças, Sr. Francisco Salgado; enviando cumprimentos ao novo Secretário M. Planejamento e Administração, Sr. Everaldo Ferreira da Silva; pedindo a instalação de um bebedouro no Posto de Saúde Santa Efigênia (reiterando pedido); enviando cumprimentos ao escritor J. Hugo pelo lançamento do seu livro "Nós Te Amamos Teatro para Adolescentes"; (H) do Vereador Ennio Mendes de Siqueira; pedindo o patrolamento e o encascalhamento da rua "R", próximo ao nº 140, no Bairro Novo Horizonte (subscrito pelos Vereadores Eduardo Luis Naomi, Paulo Antônio Cerqueira e Nilson Teodoro de Carvalho); sugerindo que em todas as escolas municipais sejam servidos almoço e jantar aos alunos, inclusive nas férias (subscrito pelo Vereador Francisco Gonçalves Batista); sugerindo a mudança do nome da Secretaria Municipal de Capacitação Humana, digo, de Capacitação e Valorização Humana para "Secretaria de Incapacitação e Desvalorização Humana", devido à realidade das escolas públicas municipais (subscrito pelo Vereador Nilson Teodoro de Carvalho); pedindo a relação dos bolsistas da Escolinha do Cruzeiro; pedindo maior rapidez na instalação da usina

de asfalto; lamentando pelos gastos do Executivo com almoços; pedindo informações sobre os membros da Defesa Civil, bem como o vencimento e horário de trabalho de cada um e sobre a atuação no ano de 1998; sugerindo a construção de um coreto na Praça Dr. José Esteves; lamentando que apesar da vultosa verba que o Município recebe, a assistência à saúde na cidade seja vergonhosa; pedindo a intercessão da Secretaria M. Capacitação e Valorização Humana junto a todos os colégios particulares da cidade para que cumpram a Medida Provisória nº 1.477, de 27 de março de 1998, que proíbe a retenção de boletins de notas, bem como não impedir que os alunos façam provas por falta de pagamento; pedindo o cancelamento da cobrança aos usuários de combustível e diária dos motoristas da ambulância (subscrito pelo Vereador Edson Bastamheira Boacerda); enviando cumprimentos ao Presidente da CNEC pelo convênio firmado para o curso de Gerenciamento Comercial na CNEC; enviando cumprimentos ao Presidente da FIEMG, pelo convênio firmado com a CNEC para o curso de Gerenciamento Comercial; (I) do Vereador Edson Costa da Silva: pedindo ao Executivo cópias dos processos licitatórios (inclusive de dispensas, se for o caso) para aquisição de combustível, realizados pelo Município desde 1997; pedindo ao Executivo maiores esclarecimentos e relatórios dos serviços executados por Salomão Campidelli, segundo consta nos empenhos enviados à Câmara, e por Carlos Fernando de Moura Delfim; pedindo explicações de como foi resolvido o assunto sobre a remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito efetuada a maior no mês de 1997, bem como xerox do talão de receita, anexado ao empenho da folha de pagamento (ref. 1998), pelo qual foi restituído o valor descontado no demonstrativo feito pela Divisão de Recursos Humanos, e pedindo ainda cópias das guias referentes às folhas que já foram encaminhadas à Câmara. Nada mais havendo a ser tratado, em nome de Deus, foi encerra-

da a reunião.

Ata da Segunda Reunião Ordinária do Sexto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Laureas, da 5ª Sessão Legislativa de mil, novecentos e noventa e oito. Aos oito dias do mês de junho do ano em curso reuniram-se no Plenário "Dr. Orlando Faccioli" os Vereadores: Eduardo Luis Navarro - Presidente, Sebastião dos Santos Vieira - Vice-Presidente, Paulo Antônio Pereira - 1º Secretário, Luis Carlos dos Santos - 2º Secretário, Edson Costa da Silva - 1º Tesoureiro, Francisco Gonçalves Batista, João Batista de Rezende, Edson Alves de Assis, Ennio Mendes de Siqueira, Evandro Costa Moreira Lacerda, Álvaro Eustáquio Pedrosa, Vicente Naime Cassimiro da Silva, Aloísio Mateus da Silva, Camilo Martins André, Nilson Teodoro de Carvalho e Sebastião Car